

Djalma Bessa defende maior prazo de carência para cacauzeiros

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) defendeu ontem a ampliação de dois para quatro anos do prazo de carência para início do reembolso de financiamentos promovidos pelo Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira Baiana. O programa prevê a concessão de R\$ 215 milhões em empréstimos aos agricultores do sul da Bahia.

PÁGINA 2

Alcântara pede tempo para se avaliar lei de doação de órgãos

Senador sugere ao governo que espere "um pouco mais" antes de modificar o texto por medida provisória

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem ao governo que espere "um pouco mais" antes de tomar a decisão de modificar a lei de doação de órgãos, aprovada pelo Senado no ano passado. Ao comentar a possibilidade de edição nos próximos dias de medida provisória determinando consulta à família do morto antes da retirada de qualquer órgão para transplante, o senador afirmou que ainda não houve tempo para se avaliar os efeitos da lei.

"As razões não dependem da natureza da forma da doação e não será isso que vai permitir o aumento do número de transplantes", disse Alcântara. Na sua opinião, as primeiras providências a serem tomadas deveriam ser a implantação de centrais de transplantes, o treinamento de captadores e a remuneração do trabalho de retirada e captação de órgãos.



Durante a sessão de ontem do plenário, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) acusou o governo de tentar esconder a real extensão da Aids no Brasil. "A propaganda oficial apregoa uma redução nas mortes pela doença no biênio 95/96, mas esconde o fato de ter havido, no mesmo período, um incremento no número global de infectados", queixou-se Nabor.

PÁGINA 3

Alcântara defende centrais de transplantes



ACM (com Francisco Benjamim e Djalma Bessa) defende diálogo entre Congresso e TSE

ACM acha desnecessário adiar o segundo turno

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem achar desnecessário o adiamento do segundo turno das eleições deste ano. O presidente do TSE, ministro Ilmar Galvão, havia acenado com essa possibilidade, temendo não ser possível apurar todos os votos a tempo. O senador acha que deve haver colaboração entre o Congresso e o TSE para buscar uma solução.

PÁGINA 4



Marina Silva (com o senador Geraldo Melo) recordou iniciativa de Chico Mendes

Projetos de desenvolvimento do Acre terão apoio do BID, anuncia Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC), que visitou em Washington o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, anunciou o apoio do organismo a projetos de desenvolvimento sustentável do Acre. Segundo ela, essa parceria poderá mudar a história do estado em quatro anos e transformá-lo em referência internacional.

PÁGINA 2

Marina anuncia que BID vai apoiar projetos de desenvolvimento do Acre

Senadora visitou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, para viabilizar parceria com o estado e recordar iniciativa de Chico Mendes

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, dará apoio a projetos de desenvolvimento sustentável para o Acre e a Amazônia. A afirmação foi feita ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC), ao registrar recente visita que fez a Iglesias na sede do BID, em Washington.

Marina disse que a viagem teve o objetivo de viabilizar parceria entre o organismo internacional e o governo acreano para execução de projetos sócio-econômicos regionais. Com o apoio do BID e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), explicou, o Acre poderá se tornar uma referência em desenvolvimento sustentável, expandindo os programas que forem executados no estado para toda a Amazônia. Ela reportou-se ao projeto denominado Plano de Desenvolvimento do Vale dos Rios Acre e Purus (Prodesap), já conhecido pelo BID, que, segundo avalia,



Marina Silva acredita que os projetos regionais poderão se transformar em modelo para o mundo inteiro

"poderá mudar a história do Acre nos próximos quatro anos". Para sua execução, acrescentou, seriam necessários investimentos de US\$ 300 milhões. De acordo com a proposta, elaborada por uma articulação de 14 municípios, segundo a senadora, poderiam ser gerados 40 mil empregos estruturais por meio da modernização do extrativismo, da

pequena agricultura e do incentivo à pecuária, obedecendo as tendências ambientalistas que preservem a população e os recursos naturais.

CHICO MENDES

Marina Silva afirmou, ainda, que a visita que fez a Iglesias homenageou os dez anos da ida do seringueiro Chico Mendes ao mesmo BID, quando alertou o presidente da entidade

para os perigos do desenvolvimento predatório na Amazônia e apresentou sugestões de programas desenvolvimentistas integrados ao meio ambiente. Naquela ocasião, recordou, Chico Mendes foi caluniado e hostilizado por um grupo que se sentiu prejudicado com as denúncias.

— Hoje precisamos que o BID seja nosso parceiro nessa experiência, que será mundialmente visível, pois o mundo inteiro busca o que estamos prestes a realizar num cantinho da Amazônia. Podemos executar aquilo que traz bons resultados e com isso estaremos, ainda neste final de milênio, resgatando uma dívida da humanidade para com os sonhadores e visionários de todos os tempos, tornando realidade o sonho de Chico Mendes depois de dez anos de sacrifício — acrescentou. Marina esteve na sede da instituição em companhia do candidato do PT ao governo do seu estado, Jorge Viana.



Agricultores de 70 municípios terão recursos para implantar mudas mais resistentes a pragas, explicou Bessa



QUARTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1998

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

Bessa destaca renovação de programa para a lavoura cacaueteira

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueteira Baiana, criado em 1995, está sendo renovado através das Resoluções nº 2.947 e 2.513 do Banco Central. Nesta segunda fase, R\$ 215 milhões deverão ser emprestados aos agricultores de 70 municípios localizados no sul da Bahia, com o objetivo de renovar a área cultivada, implantando mudas mais resistentes à praga conhecida como "vassoura-de-bruxa", que já contaminou cerca de 90% da área plantada da região.

Esse foi o tema de pronunciamento feito ontem pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), que ressaltou aspectos favoráveis do programa,

como a taxa de juros (TJLP mais 4% ao ano), mas defendeu alteração no prazo de carência para o início do reembolso, de dois para quatro anos. O novo prazo, de acordo com Bessa, é compatível com o tempo necessário para que as mudas que estão sendo implantadas iniciem seu ciclo produtivo.

O senador comentou, ainda, que a falta de mudas resistentes à vassoura-de-bruxa foi a principal dificuldade enfrentada pelos agricultores na primeira fase do programa, executada em 1995, o que impossibilitou uma maior aplicação dos recursos disponibilizados na época. Essa carência tecnoló-

gica, hoje, está superada. De acordo com Djalma Bessa, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira (Ceplac), ligada ao Ministério da Agricultura, desenvolveu variedades que "não somente apresentam alta resistência à doença, como se tornam produtivas em apenas quatro anos, metade do tempo normal". A Bahia já dispõe de uma biofábrica, que contou com investimento do governo do estado e da Cooperativa de Crédito Rural Grapiúna, disponibilizando as novas mudas para os agricultores a preços acessíveis, informou o senador.

Parga defende a desocupação da reitoria da UFRJ

O senador Bello Parga (PFL-MA) afirmou ontem, em entrevista, que "o caminho não podia ser outro", ao comentar decisão da Justiça Federal de conceder liminar em pedido de reintegração de posse do prédio da reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ocupado há 29 dias por estudantes, funcionários e professores contrários à posse do reitor José Henrique Vilhena. "A decisão judicial não constitui surpresa", entende Bello Parga, pois "a ocupação é um ato de violência".

De acordo com o senador, o lei para nomeação de reitores estabelece que, mediante votação ponderada de professores, funcionários e alunos, seja formada uma lista tripartite, a partir da qual o Ministério da Educação selecionará o nomeado. A violência configura-se, acrescentou, quando os invasores ignoram o que determina a norma legal. "O que está acontecendo é uma rebelião de origem política contra o compromisso da lei", disse.

CARROS

Parga afirmou que "merece apoio da sociedade" o acordo que reduz o imposto sobre Produtos Industrializados (PI) para ajudar os montadores a desovar o estoque de carros nos seus pátios e nas revendedoras. O governo tomou a decisão necessária, observou, fazendo, no entanto, uma ressalva: "As autoridades econômicas recorrem a redução temporária da alíquota de algum imposto para recuperar o capital de giro das empresas".

Previdência eleva valor de benefícios, informa Waldeck

A Previdência pediu um empréstimo de R\$ 2 bilhões ao Tesouro Nacional para aumentar os valores pagos aos beneficiários do sistema. Foi o que revelou o ministro da Previdência, senador Waldeck Ornelas, em entrevista ao programa "Agenda Econômica", produzido pela TV Senado.

Reforma da Previdência e punição às fraudes praticadas contra o sistema são outros assuntos debatidos pelo ministro no programa, que vai ao ar hoje, às 8h30, 13h30 e 19h30.

Também será exibida hoje, às 7h, 9h30, 12h30 e 18h30, pela TV Senado, uma entrevista com a senadora Benedita da Silva sobre a violência contra a mulher.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios-
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvania Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvania Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Alcântara pede tempo para lei de doação de órgãos

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, senador diz que presidente da República deve esperar "um pouco mais" antes de baixar medida provisória exigindo consulta às famílias dos mortos para a realização de transplantes



Alcântara diz que um ano é insuficiente para aferir resultados da lei

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

- 7h - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-SP) sobre a violência contra a mulher
- 7h30 - Programa produzido pela Universidade Paulista, em que o médico Drazou Varela entrevista a dr. Sérgio Simon, sobre os tratamentos do câncer
- 8h30 - "Agenda Econômica" com o ministro da Previdência, senador Waldeck Ornelas, sobre a necessidade urgente de promulgar a reforma da previdência
- 9h30 - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-SP) sobre a violência contra a mulher
- 10h - "Projeto Memória" com a ex-senadora João Calmon
- 11h30 - Programa produzido pela Universidade Paulista, em que o médico Drazou Varela entrevista a dr. Sérgio Simon, sobre os tratamentos do câncer
- 12h30 - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-SP) sobre a violência contra a mulher
- 13h30 - "Agenda Econômica" com o ministro da Previdência, senador Waldeck Ornelas, sobre a necessidade urgente de promulgar a reforma da previdência
- 14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- 18h45 - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-SP) sobre a violência contra a mulher
- 19h30 - "Agenda Econômica" com o ministro da Previdência, senador Waldeck

Ornelas, sobre a necessidade urgente de promulgar a reforma da previdência

20h30 - "Congresso Hoje"

21h - Programa produzido pela Universidade Paulista, em que o médico Drazou Varela entrevista a dr. Luiz Coeteno da Silva, sobre a fígado

22h - Sessão plenária (representação)

0h30 - "Telejornal 'Congresso Hoje'"

1h - Debate com Ivan Ferreira sobre "bug" do milênio na informática

2h - Programa produzido pela Universidade Paulista, em que o médico Drazou Varela entrevista a dr. Luiz Coeteno da Silva, sobre a fígado

3h - Espaço Cultural Zé Mulato e Renato Teixeira

4h - Entrevista com o senador José Saad (PMDB-GO)

5h - Debate com Ivan Ferreira sobre "bug" do milênio na informática

6h - "Projeto Memória" com o senador Josephat Marinho

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO HOJE

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)

13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)

14h15 - "Plenária em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)

Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica, repetidoras e operadores de TV a cabo

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - C) - 5869,40 Hz
- Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Hz
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Hz
- Antena - 3,6 m LNB - Temperatura 25k (Amplificador de Baixa Ruído)
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N65 Integrated Receiver/Decoder (IRD) Fabricante: CUI (Compressed Digital Video)
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: BrasilSat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stop
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sustentou, em entrevista, que o governo deve esperar "um pouco mais" antes de modificar a lei de doação de órgãos, votada pelo Senado há cerca de um ano. Alcântara defendeu esse ponto de vista ao comentar ontem a notícia de que o presidente da República assinará medida provisória determinando consulta à família do morto antes de qualquer retirada de órgão para transplante.

Lúcio Alcântara, que foi relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, disse que não houve ainda tempo para aferir bem os resultados da lei. Ele informou que relatório da Associação Brasileira de Transplantadores de Órgãos registrou um aumento no número de transplantes no país.

Para o senador, mesmo com a permissão para a retirada de órgãos sem consulta às famílias, na prática isso não vem ocorrendo. Lúcio Alcântara acha que, se a apli-

cação da lei enfrenta dificuldades, elas certamente decorrem de outras razões - de ordem administrativa, técnica ou organizacional.

- As razões não dependem da natureza da forma de doação. Não será isso que vai permitir o aumento do número de transplantes, que virá em função de várias outras providências - disse.

Para ele, tais providências incluem a implantação das centrais de transplantes, o treinamento dos captadores e a remuneração do trabalho de retirada e captação de órgãos.

Alcântara elogiou a decisão do ministro José Serra de instalar a Central Nacional de Transplantes e as centrais regionais.

- O ministro está fazendo um belo trabalho. Isso é fundamental. Não há como aumentar o número e a qualidade dos transplantes, a segurança e a confiabilidade do sistema a não ser com a implantação das centrais estaduais e da central nacional - afirmou.

Governo minimiza extensão da Aids, acusa Nabor Júnior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) denunciou ontem em plenário a tentativa do governo de minimizar a real extensão da Aids no Brasil. "A propaganda oficial apregoa uma redução nas mortes pela doença no biênio 95/96, mas esconde o fato de ter havido, no mesmo período, um incremento no número global de infectados e até um aumento de 50,3% no número de mulheres mortas pela doença."

Nabor baseou seu alerta num artigo do médico e deputado José Aristodemio Pinotti. "Quando assumimos a Secretaria da Saúde de São Paulo, em 1987, havia um caso de Aids em mulher para cada 50 homens. Hoje, há um caso em mulher para cada dois homens. Por isso, o desafio é reduzir a vulnerabilidade das mulheres, e não ficar comemorando a pequena diminuição da mortalidade em decorrência do uso do coquetel de drogas", diz Pinotti no artigo.

Para Nabor, é preciso parar com a prática ilusionista de querer curar a Aids através de números falaciosos. "É necessário, também,



Nabor quer ações mais efetivas para prevenir a Aids entre as mulheres

reduzir às suas reais proporções o efeito do chamado 'coquetel de drogas', não se deixando levar pela propaganda da indústria farmacêutica internacional. Isso representa uma distorção que prejudica o enfoque da luta: a prevenção é a única forma de se combater a expansão de qualquer epidemia. Em relação à mulher, a prevenção deve ser feita dentro do contexto mais amplo da saúde feminina. A transmissão sexual do vírus é quatro vezes mais eficaz, dos homens para as mulheres, do que em sentido inverso. Por isso, representa o segundo da população mais ameaçado", concluiu Nabor.

Senado lança no dia 12 Constituição federal em braile

O Senado lança no dia 12, às 10 horas, em solenidade no Salão Negro do Congresso Nacional, o primeiro produto do Serviço de Publicações em Braile, inaugurado em junho. Trata-se do primeiro lote de 500 exemplares da Constituição brasileira, que serão distribuídos a entidades de apoio a deficientes visuais em todo o país.

Os interessados em informações sobre o Serviço de Publicações em Braile podem enviar mensagens para o correio eletrônico braille@senado.com.br, escrever para a Subsecretaria de Edições Técnicas - Via N-2, Unidade de Apoio 3, Senado Federal, Brasília (DF), CEP 70.165-900 - ou ligar para o telefone (061) 311-4130.

Concurso de monografias levará vencedores a Israel

Com o apoio da Confederação Israelita do Brasil e do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, o Movimento Cristão do Brasil está promovendo concurso nacional de monografias sobre o tema "Cinqüentário da Proclamação do Estado de Israel". O concurso é aberto aos estudantes do segundo grau, que deverão encaminhar seus trabalhos (datilografados em papel A-4, com no máximo mil palavras) até o dia 1º de outubro. Os três vencedores do concurso terão como prêmio uma viagem à Terra Santa, com direito a passagem, hospedagem e um acompanhante. Maiores informações sobre o concurso podem ser obtidas através do telefone (061) 329-5541, do fax nº (061) 329-5539 e do e-mail jescristo@tba.com.br.

TV Senado apresenta entrevista com especialista em fígado

O hepatologista Luiz Coetano da Silva, do Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo (USP), é o entrevistado de hoje da série "Saúde", produzida pela Universidade Paulista (Unip) e transmitida pela TV Senado às 21h, com retransmissão amanhã às 7h30 e às 11h30.

Luiz Coetano, que é da primeira geração de médicos brasileiros especialistas em fígado, defende o órgão das falsas acusações a ele atribuídas por crenças populares, e esclarece os males que realmente afetam o fígado.

BALANÇO COMISSÕES

CE aprovou Lei Pelé, rádios comunitárias e software

Entre as 51 matérias apreciadas pela Comissão de Educação no primeiro semestre, três ocuparam por vários dias o noticiário dos principais jornais do país: a Lei Pelé, a lei que instituiu as chamadas rádios comunitárias e a lei que trata da proteção e comercialização da propriedade intelectual de programas de computador.

A Lei Pelé introduz novidades como o fim da lei do passe, em três anos; a obrigatoriedade, em dois anos, de entidades desportivas se transformarem em sociedades comerciais ou civis sem fins lucrativos; a possibilidade de os clubes se organizarem em ligas para promover competições e também de realizarem bingos.

A Comissão de Educação também apreciou o projeto (oriundo

da Câmara dos Deputados) que regulamentou as rádios comunitárias. Agora, fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos podem montar rádios destinadas a comunidades, bairros ou vilas.

Também passou pela Comissão de Educação a lei da Câmara que tratou da propriedade intelectual de programa de computador e de sua comercialização. O relator da matéria foi o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

De acordo com a lei, o regime de proteção à propriedade intelectual de programas de computador passou a ser o mesmo conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais.



A Comissão de Educação realizou no primeiro semestre nove reuniões extraordinárias e aprovou 51 matérias

Atribuições são extensas

Além da competência para opinar sobre proposições que tratem especificamente sobre educação, os 27 integrantes da Comissão de Educação (CE) também emitem pareceres sobre matérias referentes à ciência e tecnologia, cultura, esportes e comunicação.

Nas nove reuniões extraordinárias realizadas neste primeiro semestre, foram votados e aprovados 46 projetos de decreto legislativo, um projeto de lei do Senado e três projetos de lei da Câmara. Um outro projeto de lei da Câmara foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CE também opina, entre ou-

tros temas, sobre as normas gerais de educação, cultura, ensino e desportos; instituições educativas e culturais; diretrizes e bases da educação nacional; salário educação, diversão e espetáculos públicos; e criações artísticas.

Na área de comunicação, a Comissão de Educação tem competência para tratar de assuntos como imprensa; radiodifusão; televisão; concessões para serviços de radiodifusão; criações científicas e tecnológicas; informática; atividades nucleares; apoio e estímulo à pesquisa; e criação de tecnologia.

ACM não vê motivo para adiar o segundo turno

Ao destacar espírito de colaboração entre o Congresso e o TSE, presidente do Senado defende diálogo em busca de solução

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou ontem, em entrevista coletiva, as afirmações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ilmar Galvão, que disse ser impossível realizar o segundo turno das eleições no dia 25 de outubro, pelo pouco tempo disponível para apuração dos votos do primeiro turno.

Antonio Carlos lembrou que as datas das eleições são marcadas pelo Congresso Nacional através de leis e que o TSE não faz leis. "Se isso já foi marcado há tanto tempo, por que ele só descobriu agora?", questionou o senador.

O presidente do Senado disse não ver inconveniente na data marcada, pois acredita na competência do TSE e do seu presidente para fazer a apuração dos votos em tempo.

— O espírito de colaboração que existe entre o Congresso Nacional e o TSE faz com que eu tenha a certeza de que o presidente (da Câmara dos Deputados) Michel Temer, o presidente do TSE e eu podemos conversar e resolver qualquer problema. Eu acho que não precisa mudar, mas



Presidente da Bolsa do Rio visita Senado

Carlos Alberto Reis, presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, fez ontem uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto). Ele trouxe, e mostrou a Antonio Carlos, o cheque da privatização da Telebrás, no valor de R\$ 8 bilhões e 800 milhões.

O senador recebeu, ainda, a visita do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, Aníbal Sampaio.

se o ministro Ilmar Galvão achar que não tem condição de fazer, não há solução, tem que se mudar, ele é o chefe da Justiça Eleitoral. Se ele quiser uma lei delegada, vai-se estudar — ponderou o senador.

O retorno dos trabalhos parlamentares também foi abordado pelo presidente do Senado. Elogiando a atuação de Michel Temer, Antonio Carlos Magalhães

disse que até as eleições a Câmara deverá votar projetos importantes como o que cria o efeito vinculante.

— Tenho conversado com ministros do STJ e todos acham que essa é uma votação imprescindível para desobstruir a Justiça. Se o projeto chegar ao Senado na terça-feira, poderemos votar na comissão e no plenário na quarta-feira — garantiu.

Dutra teme que abusos na campanha eleitoral ameacem a democracia

Ao manifestar temor pelo futuro da democracia brasileira, o senador José Eduardo Dutra (PTSE) denunciou ontem irregularidades na campanha eleitoral em Sergipe, atribuindo-as sobretudo à emenda que permitiu a reeleição.

Ele acredita que, em nível nacional, a imprensa tem meios eficientes de fiscalizar o presidente da República, o que não acontece nos estados e municípios. Observou também que até o presidente da República se queixa da vigilância da oposição.

— O presidente da República já chamou de dedo-duro quem entrou com uma ação na Justiça contra o ministro José Serra. O que ele quer? Que não tenha mais oposição? — questionou Dutra.

Sobre o governador de Sergipe, Albano Franco, também candidato à reeleição, Dutra disse que em seu estado já começou "a cooptação da oposição". Conforme o senador, a conquista de opositoristas empreendida pelo governador culminou com a adesão do ex-prefeito Jackson Barreto, tradicional adversário de



José Eduardo Dutra afirmou que o candidato à reeleição em seu estado está cooptando os adversários

Albano Franco.

O parlamentar afirmou que recentemente Barreto acusou o governador e a primeira-dama de fazerem caixa 2 com o dinheiro resultante da venda da Energipe (Companhia de Energia Elétrica de Sergipe). "Jackson foi processado por isso e agora está junto com o governador nesta eleição", afirmou Dutra.